



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de suplementos Nutricionais, que serão entregues aos pacientes que participam do Programa de Alimentação e Nutrição - PAN, essa distribuição se dará aos pacientes que necessitam de alimentação complementar em algum momento do seu estágio de vida, sendo os mesmos atendidos nas Estratégias de Saúde da Família, no Centro de Saúde – Luiz Antônio Fonseca, Unidade de Pronto Atendimento Aluizio Alves – UPA, como também mediante atendimento domiciliar.

2 – JUSTIFICATIVA / RESULTADOS ESPERADOS

2.1 Tendo em vista a necessidade da aquisição de Suplementos Nutricionais, faz-se necessário a abertura do processo Licitatório, em virtude dos produtos que constam no item 3 deste termo terem sido objeto do pregão eletrônico 65/2021, contudo não houve propostas, tendo sido deserto. O suporte nutricional é um importante recurso na prática terapêutica, respondendo de forma satisfatória aos casos de limitação à ingestão de alimentos via oral. Diante disso, faz-se necessário a aquisição de Dietas Enterais, Suplementos e complementos alimentares. A finalidade primordial de uma terapia nutricional é estabilizar ou aumentar o peso do paciente e melhorar o seu estado nutricional. Isso significa garantir que a ingestão total de nutrientes do paciente forneça energia, proteínas, micronutriente e fluida suficiente para atender às necessidades individuais do paciente. Outros objetivos da terapia nutricional incluem manter as funções imunológicas e prevenir complicações metabólicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3 – ESPECIFICAÇÕES

3.1 - A empresa CONTRATADA deve fornecer o material, em conformidade com os especificados no Anexo I ao presente Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	SUPLEMENTO LIQUIDO HIPEPROTEÍCO E HIPERCALÓRICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS PARA TRATAMENTO CONSERVADOR. SABORES VARIADOS . EMBALAGEM DE 150 A 300 ML	Und.	2000
02	SUPLEMENTO NUTRICIONAL À BASE DE WHEY PROTEIN ISOLATE, ADICIONADO ALEUCINA, VALINA E ISOLEUCINA, NÃO CONTEM GLÚTEN. SABORES VARIADOS. EMBALAGEM : LATA 600 g a 900 g	Und.	1000
03	ALBUMINA EM PÓ, PURA. EMBALAGEM DE 500 G A 1 KG. SEM SABOR E SABORES VARIADOS.	Und.	600
04	ESPESSANTE E GELIFICANTES PARA ALIMENTOS. LATA DE 100 g 300 g.	Und.	2000

4 – VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 - Para esta contratação em tela se utilizará como parâmetro pesquisa mercadológica, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - 2041-Manutenção dos Serviços Médicos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

2042 – Manutenção das Atividades da Rede Primária da Atenção Básica;

2045- Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde;

2115- Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento (UPA);



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2044- Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

1211- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

1214 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

6 – MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1 – A Secretaria Municipal de Saúde sugere que o critério de julgamento da proposta seja por meio de processo licitatório, modalidade pregão, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10024/2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

7 – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA

7.1 – O fornecimento dos produtos deverá obedecer às seguintes condições:

a) O objeto deverá ser entregue de acordo com os as especificidades deste Termo de Referência, contados do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE;

b) Deverão ser realizados adequadamente, de forma a permitir completa segurança, assim como para serem utilizados;

c) O produto deverá ser entregue no almoxarifado na Avenida Mônica Dantas, 28 - centro – Macaíba/RN; Horários: Das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Saúde

d) As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega ocorrerão por conta da Contratada.

7.2 – O recebimento e aceitação dos produtos seguirão as condições abaixo:

7.2.1 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência;

7.2.2 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento;

7.2.3 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das certidões previstas. É importante,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ainda:

a) Observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

7.2.4 – Constatada irregularidades no objeto contratual, o órgão solicitante poderá:

- a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou reincidir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.2.5 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pelo órgão solicitante.

8 – CONDIÇÕES DE PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias, após a entrega do produto, através da secretaria solicitante, por meio de crédito em conta bancária do fornecedor, acompanhado da entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

- a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se da nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da secretaria solicitante, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
 - a.1) Será concedido um prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de autuação (protocolização) da nota fiscal/fatura perante a unidade gestora, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste edital.;
 - a.2) Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por vícios na execução, erros



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ou incorreções, o prazo estabelecido no item a.1 passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação; e

a.3) O prazo a que se refere o item a.2, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, conforme dispõe o parágrafo terceiro, do artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/1993.

b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa vencedora, CNDT, essenciais a liquidação, e;

c) Indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

Parágrafo primeiro – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no presente Termo de Referência e no Contrato.

Parágrafo segundo – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, na pendência de qualquer uma das situações a seguir especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

5.2.1. A falta de atestação pelo CONTRATANTE, com relação ao cumprimento pela execução dos serviços objeto deste Contrato, das notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.2.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 5.1, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação dos novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento:

5.2.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurando à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados.

5.3. O CONTRATANTE pode deduzir, do montante a pagar, os valores



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 – Ter plenas condições de prestar os serviços e/ou entregar o objeto estabelecido em Contrato, atendendo todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade fiscal, fornecimento do objeto e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

10.2 – Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, seguros e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

10.3 – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades no material fornecido, que configurem vício e/ou defeito de qualquer natureza os quais comprometam a qualidade do produto, em prazo razoável, acordado com a CONTRATANTE.

10.4 – Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem de responsabilidade da CONTRATANTE.

10.5 – Suportar a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual, desde que, comprovadamente, tenha lhe dado causa.

10.6 – Manter a regularidade jurídico econômico-financeira e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.7 – Cumprir fielmente todas as disposições constantes no Contrato.

10.8 – Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida, conforme este Termo de Referência e disposto no Contrato.

10.9 – Utilizar-se das novas facilidades tecnológicas, quanto aos serviços e equipamentos utilizados.

10.10 – Informar à Contratante a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

10.11 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do valor global do contrato.

10.12 – Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços contratados.

11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo, observadas a ordem cronológica de pagamentos e a forma estabelecidos em Contrato.

11.2 – Fornecer os materiais médicos que serão esterelizados, propiciando a execução dos serviços prestados pela Contratada, de forma satisfatória.

11.3 – A Prefeitura Municipal de Macaíba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, terá plenos poderes para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

por si ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, nas formas previstas na Lei 8.666/93 e deverá acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto.

11.4 – A CONTRATANTE designará os Fiscais do Contrato dentre os integrantes da unidade demandante dos serviços, que se responsabilizará pela fiscalização dos serviços prestados, em consonância com as especificações deste Termo de Referência. Esses fiscais serão responsáveis pelo registro, por meio de relatório, de todas as possíveis ocorrências e deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando o imediato saneamento dessas irregularidades.

11.5 – A CONTRATANTE providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia em atendimento ao *parágrafo único*, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.6 – Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas durante a prestação dos serviços.

11.7 – Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive, quanto à não interrupção dos serviços prestados, observando se os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a administração.

11.8 – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como aplicar à licitante contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, e, ainda,

I - efetivar a satisfação do crédito contratada de acordo com as normas contratuais e com as demais disposições estabelecidas em Contrato

II - prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

solicitados pela contratada, pertinente à execução dos serviços contratados;

III - efetuar o recebimento dos serviços, por meio do Gestor do Contrato – no caso, a Secretaria Municipal de Saúde –, fornecendo comprovante à contratada;

IV - comunicar à contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que sejam tomadas as providências necessárias para sanar os problemas;

V - sustar/recusar o recebimento dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações e características do produto adquirido, objeto deste Termo de Referência;

VI - exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejarem a contratação dos serviços;

VII - enviar à contratada, sempre que necessário, as especificações necessárias ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - efetuar a fiscalização e o recebimento dos serviços, objeto do contrato decorrente deste procedimento, por meio do servidor formalmente designado para funcionar como gestor contratual.

12 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1 – Caberá ao gestor contratual, a Secretaria Municipal de Saúde, anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

12.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser submetidas e/ou solicitadas imediatamente à autoridade superior para a adoção das medidas convenientes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A contratada deverá apresentar todos os produtos em conformidade com a legislação vigente, incluindo qualidade, validade e condições de embalagem, devendo ainda ter cnae compatível com o objeto da licitação.

14 – VIGÊNCIA DA ATA E/OU CONTRATO

14.1 – A Ata de Registro de Registro de Preços terá vigência de 12(doze) meses, não podendo ser prorrogada ou aditivada.

14.2 – Quando o prazo final para fornecimento do produto, ou para o término da vigência contratual recair em um dia em que não haja expediente administrativo na Prefeitura Municipal de Macaíba, esse prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente seguinte. Caso seja de necessidade desta Secretaria Municipal, a mesma solicitará a consolidação do contrato, em conformidade com os art. 54 a 60 da Lei nº 8.666/93.

15 – SANÇÕES

15.1 – Apliquem-se as penalidades usualmente propostas para prestadores de serviços, tais como multas diárias por atraso, correspondentes a percentual do valor do contrato.

15.2 – Nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas no Edital de Licitação e das demais penalidades legais, a CONTRATADA que:

- a) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) não retirar a ordem de serviço, quando convocada dentro do prazo de vigência do contrato;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- e) ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- assumida;
- f) não mantiver a proposta;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.3 – O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do § 3º, art. 25, do Decreto Estadual nº 20.103/07, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária.

15.4 – Para fins de aplicação de penalidades, a autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento semelhante tem a mesma eficácia jurídica que o instrumento contratual, devendo consignar quais as sanções previstas em caso de falta na execução do contrato.

15.5 – Nos casos em que a entrega do produto ou a prestação do serviço ocorrer de forma fracionada, a multa incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

15.6– Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais:

I – advertência;

II – multa:

a) de mora;

b) compensatória ou contratual;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III;

V - impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.7 – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6** podem ser aplicadas cumulativamente com as previstas no inciso II do mesmo item.

15.8 – O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeita o contratado



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

à multa de mora no percentual de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.

I - Nos casos em que a execução do objeto do contrato ocorrer de forma fracionada, a multa prevista neste artigo incide apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

II - O atraso será contabilizado em dias corridos.

III - A incidência da multa de mora é limitada a 30 (trinta) dias.

15.9 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode, garantida a defesa prévia, aplicar multa de:

I - 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial;

II - 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

15.10 – A multa pode ser aplicada conjuntamente com as demais sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6**.

15.11 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, é cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura, e, não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta do MPRN.

I - A multa é descontada, primeiramente, da garantia do respectivo contratado.

II - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda dessa garantia, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.12 – A aplicação das sanções previstas nos incisos I e II do **ITEM 15.6** deste Termo de Referência é de competência da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

I - As sanções de advertência e multa podem ser aplicadas pelo gestor do contrato, desde que haja previsão no contrato, na autorização de compra, na ordem de execução de serviço, ou no edital do procedimento licitatório.

II - O fiscal do contrato deve fazer as anotações de irregularidades e encaminhá-las ao gestor do contrato para fins de providências quanto à aplicação



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

das sanções.

15.13 – As sanções previstas nos incisos III, IV e V do **ITEM 15.6** deste Termo são de competência do Prefeito Municipal.

15.14 – A sanção prevista no inciso IV é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, sendo facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.15 – O gestor do contrato pode analisar e deferir o pedido de dilação de prazo de entrega ou de execução de serviço devidamente justificado, desde que não ultrapasse o dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.16 – O gestor do contrato deve encaminhar os autos do procedimento administrativo para análise da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos casos de requerimento de dilação de prazo de entrega ou de execução do serviço superior ao dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.17 – O gestor do contrato deve intimar o particular contratado para apresentação de defesa prévia, dando-lhe, para isso, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando verificado o descumprimento de obrigação contratual.

15.18 – O gestor deve analisar a justificativa apresentada pelo contratado em sua defesa e decidir pela aplicação ou não de penalidade.

15.19 – Os autos do procedimento devem ser encaminhados para análise da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, quando o gestor acolher a justificativa da empresa e decidir pela não-aplicação de penalidade.

15.20 – Da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I, II, III e V do **ITEM 15.6** deste Termo, caberá recurso dirigido ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da intimação de aplicação da sanção.

15.21 – No caso das sanções aplicadas pelo gestor do contrato, o recurso será encaminhado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para manifestação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.22 – Ocorrendo a inexecução de que trata o **ITEM 15.6**, reserva-se à CONTRATANTE o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Prefeito Municipal, para as providências cabíveis.

15.23 – Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

15.24 – No caso de descumprimento do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, por período superior a 30 (trinta) dias, o gestor do contrato encaminhará notificação para dar ciência do contrato à(s) fazenda(s) credora(s).

15.25 – À Comissão Permanente de Licitação caberá efetuar o registro da aplicação das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

15.26 – As sanções administrativas dispostas neste termo não excluem as previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber.

ELABORADO POR:

Ana Katerynne Campos Lacerda
Ana Katerynne Campos Lacerda
Nutricionista